

BOLETIM 1474

Brasília (DF), 23 de outubro de 2026

Dia 25, vamos votar em quem está do lado dos trabalhadores e das organizações sindicais

No próximo domingo, 25 de outubro, milhões de brasileiros voltarão às urnas, dessa vez para escolher, em caráter definitivo, o próximo presidente da República.

O intenso debate nesse 2º turno das eleições presidenciais mostrou, mais uma vez, quem está do lado dos trabalhadores e do movimento sindical e quem sempre esteve contra, e demonstrou isso, novamente, durante a votação da PEC que extinguiu a famigerada escala 6X1, reduzindo a jornada, sem alteração nos salários.

Foi uma conquista histórica dos trabalhadores para a qual concorreu, de forma decisiva, não apenas nossa mobilização, mas também o empenho do presidente Lula.

Já o outro candidato, embora tenha votado à favor, certamente, por uma conveniência eleitoral, mandou seus assessores informarem aos chamado “mercado” que, se eleito, pretende rever essa vitória pela qual lutamos desde a Constituinte de 1988.

Os trabalhadores e o movimento sindical brasileiro, em todas as instâncias, na última década, foram vítimas dos ataques mais violentos em seus direitos e em sua existência.

A chamada “reforma” trabalhista do governo Temer representou o mais duro golpe nas

conquistas históricas acumuladas pelos trabalhadores ao longo da história desde a CLT, além de um forte ataque contra a existência dos próprios sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

Depois, já no governo Bolsonaro, tivemos a uma “nova reforma” da Previdência, que aviltou ainda mais as aposentadorias e pensões de milhões de brasileiros.



Resultado: a maior precarização nas relações de trabalho de nossa história, que resultou, hoje, nos maiores índices de adoecimento laboral e número ainda bastante preocupante de acidentes de trabalho.

Ou seja, temos escolher o próximo presidente da República, senadores e deputados federais, principalmente, para que o país não retroceda, resgate as conquistas suprimidas e avance na direção de mudanças estruturais

Essa é a palavra da CONTRICOM aos nossos sindicatos e federações, bem como aos nossos trabalhadores: olhar a posição que os candidatos tiveram no passado nessas questões que afetaram seriamente a vida dos trabalhadores e agrediram a existência do próprio movimento sindical, e apoiar os que têm compromisso com o resgate dos direitos sociais e trabalhistas, e um projeto de desenvolvimento social e econômico à altura da dimensão de um país como o Brasil.

Vamos às urnas com esse compromisso! Pelo Brasil e os brasileiros, e os nossos trabalhadores que constroem a riqueza do país!

Reinaldim Barboza Pereira
Presidente da CONTRICOM



Lula reúne milhões na maior live política da história e traça planos para domingo

O presidente Lula participou na noite desta quinta-feira (22) de uma das maiores lives já realizadas no Brasil com mais de 2,1 milhões de pessoas assistindo simultaneamente. Foram 1,5 milhão no canal do presidente Lula e mais 600 mil no canal do deputado André Janones. Esta foi a maior live política já realizada no país. O presidente se reuniu com a sua tropa, o Exército de Lula, que já se aproxima do 9 milhões de integrantes.

O clima foi descontraído e num bate-papo informal e fez parte da estratégia digital da campanha de Lula para a vitória no segundo turno da eleição presidencial.

Lula criticou o comportamento da Meta e disse que vai provar que o Brasil vai derrotar o império digital. Ele afirmou que a Meta vai ter que ser reinventada, porque ela não pode achar que pode enganar a humanidade todo tempo. Lula afirmou que a empresa “já enganou muito” e que, agora, vai ter que se enquadrar nos bons costumes e boas maneiras.

Fonte: Portal HP

Alerta: pacotão de 200 decretos de Flávio muda leis trabalhistas e ameaça direitos

O senador e atual candidato à presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL) já tem mais de 200 decretos preparados para um eventual governo, e a maioria trata de legislação trabalhista, segundo reportagem do **Correio Braziliense**. Entre as medidas estão regras para regulamentar — e, segundo apurações anteriores, rever — mudanças aprovadas pelo Congresso para garantir dois dias de descanso por semana.

Ele votou pelo fim da escala 6x1, mas sua proposta de governo para o mundo do trabalho vai na direção oposta do que o trabalhador conquistou no Congresso. A mudança de posição de Flávio sobre a escala 6x1 ocorreu às vésperas da votação. Depois de passar meses criticando a redução da jornada e defendendo uma alternativa baseada na chamada “liberdade” para o trabalhador organizar seus horários, ele anunciou que votaria a favor da proposta porque, segundo afirmou, havia ouvido os trabalhadores durante a campanha.

Entre esses pontos estaria justamente a substituição da negociação coletiva pela negociação direta entre patrão e empregado e a possibilidade de reduzir a remuneração conforme as horas trabalhadas.

É essa proposta que ajuda a explicar o conteúdo do pacotão. Flávio é signatário da PEC 12, apelidada de PEC da Escravidão, apresentada por um dos seus coordenadores de campanha, senador Rogério Marinho (PL-RN), que cria um modelo alternativo de contratação baseado no **pagamento por hora trabalhada**.

Fonte: Portal CUT

Bolsa Família também sob ameaça

A equipe econômica de Flávio Bolsonaro defendeu também nesta semana um limite de dois anos para os beneficiários do programa Bolsa Família terem direito ao benefício. É uma maneira disfarçada de dizer que vai tirar milhões de pessoas do programa.

A notícia foi dada à CBN Bahia por Daniella Marques, coordenadora econômica da campanha de Flávio Bolsonaro. Na ocasião, ela explicou que o candidato pretende estabelecer um prazo para estimular a saída dos beneficiários do Bolsa Família por meio do empreendedorismo ou da contratação com carteira assinada. É o “tesouração” começando a se descortinar diante do país.

“Vai ter regra de transição de dois anos [no Bolsa Família] para que possa abrir seu negócio, ou aceitar emprego de carteira assinada”, explicou a assessora de Flávio. A economista demonstra completo desconhecimento do funcionamento do programa. São vários os mecanismos de saída do Bolsa Família de Lula.

“As pessoas não podem ficar presas para sempre no Bolsa Família. Aquilo é uma proteção, mas é o início de uma jornada. Todo mundo merece sonhar com algo com mais oportunidade, dignidade”, afirmou Daniella Marques, prenunciando os cortes.

Flávio tem mentido ao público dizendo que vai manter os programas sociais, mas quando se reúne com os ricos e banqueiros em festas e jantares, promete a eles que vai cortar tudo. Sua promessa já está entre 250 e 300 bilhões de reais de cortes no Orçamento da União.

A avaliação é que a proposta já é uma sinalização dos primeiros cortes nos direitos do povo se um governo de extrema-direita vier a ganhar.

O anúncio desmascara as alegações de Flávio de que pretende manter os programas sociais às famílias de baixa renda. Percebendo o estrago da proposta que está desmascarando a sua farsa, Flávio correu para publicar um vídeo tentando se explicar. Tentou mas não conseguiu. A intenção de cortar continua.

“Manter a valorização real da previdência, do BPC e dos programas de transferência de renda é a garantia mínima de dignidade para as famílias e de sobrevivência para o comércio local no Brasil profundo”, afirma a economista Luiza Nassif

Os cortes nos benefícios sociais, em especial os da Previdência e do BPC, trariam impacto arrasador na economia de cerca de 4 mil dos 5.569 municípios do Brasil que não fazem parte das regiões metropolitanas, segundo estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

De acordo com o estudo, nessas cidades do interior, o peso dos programas sociais chega a ser o dobro em relação aos dos grandes centros urbanos.

A “tesourada” defendida pela equipe econômica de Flávio Bolsonaro, que visa cortar em torno de R\$ 250 bilhões do orçamento, só seria possível na Previdência Social e nos programas sociais, segundo alertam economistas.

As aposentadorias, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de contribuir para gerar a economia nos pequenos municípios, chegam a representar quase metade do orçamento das famílias mais pobres, aponta o estudo.

“Como o valor recebido por essas famílias é usado quase integralmente para a aquisição de itens de primeira necessidade, o dinheiro circula imediatamente no comércio local, garante empregos e mantém a arrecadação municipal ativa”, destaca Luiza Nassif, professora da Unicamp.



Economistas alertam que cortes de Flávio seriam um desastre para o país

Plano inviabiliza os programas sociais, reajustes no salário mínimo, pensões e aposentadorias, entre outros estragos aos brasileiros

O professor Pedro Paulo Zahluth Bastos, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirmou que o “tesouração” de cerca de R\$ 200 bilhões a R\$ 300 bilhões, defendido pela equipe econômica do candidato Flávio Bolsonaro, afetaria a área social.

Para o economista da Unicamp, a única forma de chegar a cortes de 1,5% a 2% do PIB é por meio de cortes em despesas obrigatórias ou mudanças nos cálculos dos reajustes dos benefícios atuais.

“Ninguém perde o benefício de hoje, perde o reajuste de amanhã. O aposentado que ganha um salário mínimo deixa de ter o ganho real que teve todos os anos desde 2023. Em dez anos, isso é uma reforma da Previdência feita sem votar reforma da Previdência”, declarou Zahluth à Agência Brasil.

Zahluth destaca que “cerca de 90% do gasto primário federal é obrigatório: Previdência, BPC [Benefício de Prestação Continuada], pessoal, pisos de saúde e educação, Bolsa Família. O que sobra, as despesas discricionárias, soma pouco mais de R\$ 200 bilhões”.

Ele acrescentou que, dentro das despesas discricionárias, que são aquelas que podem ser usadas livremente pelo governo, estão os investimentos, além dos custeios de universidades, de hospitais federais e da Polícia Federal (PF).

“Um corte de R\$ 200 bilhões que preserve os benefícios sociais zera o resto. Se não zera, entra nos benefícios. Não há terceira opção”, afirmou o economista.

Para a professora de economia Maria Lourdes Mollo, da Universidade de Brasília (UnB), não é possível fazer cortes substanciais no orçamento público sem afetar a área social.

“Não apenas em função das políticas sociais especificamente, que serão comprometidas, mas porque os gastos públicos têm um efeito multiplicador na renda e no emprego que é perdido”, disse.

Fonte: Portal HP

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO